

Pôster

EDUCAÇÃO PARA A INFORMAÇÃO: DIRECIONAMENTOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE SALVADOR

Fábio Jesus Santos – UFBA
Jussara Borges – UFBA

Resumo

O trabalho traz o conceito e as implicações da educação para a informação, apresentando iniciativas empíricas notadas nas organizações da sociedade civil da cidade de Salvador, Bahia, em 2012. A investigação pauta-se no projeto de pesquisa “Competências infocomunicacionais: estudo em organizações da sociedade civil de Salvador” realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa em Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (Gepicc), vinculado ao ICI-UFBA. A amostra original é de 39 organizações. Para este trabalho utilizou-se seis depoimentos, obtidos a partir de entrevista semi-estruturada com os gestores dessas organizações. Observa-se que iniciativas na promoção de competências geralmente são uma resposta das organizações à situação de exclusão social e digital. O fomento dessas competências apresenta-se no sentido de inclusão social. Todas as organizações direcionam a educação digital para crianças e adolescentes. Contudo, três apontam que mantêm infocentros abertos à comunidade ao redor, mesclando-se a questão da preparação para o mercado de trabalho. Essas organizações demonstram a intenção de que o público se aposses das ferramentas digitais, saindo da posição de beneficiário de suas atividades para parceiro. Implícito a todo esse processo está a noção de desenvolvimento de competências em informação. Embora não se possa assegurar que as organizações estão promovendo a educação para a informação, na ótica deste trabalho, observa-se o direcionamento de algumas ações nesse sentido. As organizações da sociedade civil, que historicamente reconhecem o acesso à informação como condição para a cidadania, estão encaminhando esforços e recursos para a inserção de setores marginalizados na Sociedade da Informação.

Palavras-chave: Competência em informação. Educação digital. Internet. Organizações da sociedade civil–Salvador, Bahia.

Abstract

The paper presents the concept and implications of education for information presenting empirical initiatives noted in the civil society organizations in the city of Salvador, Bahia, in 2012. The research agenda in the research project "Competence infocommunicative Study in civil society organizations of Salvador" held under the Group Policy Research Information, Communication and Knowledge (Gepicc), linked to the ICI-UFBA. The original sample 39 is organizations. For this work we used six depositions, obtained from semi-structured interviews with the managers of these organizations. It is observed that initiatives to promote skills are generally a response to the situation of the organizations of social and digital exclusion. The development of these skills presents itself towards social inclusion. All organizations direct digital education for children and adolescents. However, three points that keeps infocenters open to the community around, mixing up the issue of preparation for the job market. These organizations demonstrate the intention of the public to get hold of digital tools, leaving the position of beneficiary of their efforts to partner. Implicit in this process is

the notion of developing information literacy. While it can not ensure that organizations are promoting education for the information in the view of this paper, there is targeting some actions accordingly. The civil society organizations that historically recognize access to information as a condition of citizenship, are directing efforts and resources for the inclusion of marginalized sectors in the Information Society.

Keywords: Information literacy. Digital education. Internet. Civil society organizations-Salvador, Bahia.

1 INTRODUÇÃO

Ter acesso à informação no mundo contemporâneo é essencial para que o ser humano possa compreender e participar da sociedade em que está inserido. As tecnologias de informação e comunicação (TIC) facilitam esse acesso ao disponibilizarem diversificadas fontes de informação. No entanto, essa diversidade de tecnologias e fontes requer das pessoas, cada vez mais, o domínio de competências em informação. Então, recai sobre o sujeito a demanda de saber acessar, avaliar e utilizar a informação nas mais variadas esferas da vida.

Contudo, percebe-se certa dificuldade na concretização dessa demanda, pois a informação tão basilar e essencial ainda é para poucos. Desse modo, visto que ter acesso à informação implica, muitas vezes, em ter acesso às TIC, nos deparamos com outra competência - a competência operacional - que reflete tanto no acesso à máquina, quanto em utilizá-la amplamente.

Além disso, é preciso ainda uma habilidade essencial e que está relacionada à localização, a seleção e ao uso das informações tão indispensáveis para que o indivíduo possa fazer bom uso em sua vida. Sobre essas questões, a Ciência da Informação (CI) debruça-se em uma área de estudos específica, denominada de Competência em Informação.

Como é inerente ao conceito de “competência”, elas precisam ser desenvolvidas, exercitadas, aprendidas. Então, compreende-se que a Educação para a Informação é importante para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. O entendimento de que sem informação correta e adequada não é possível exercer a cidadania, tampouco se incluir de forma emergente na vida, nos direciona a uma reflexão sobre o assunto.

Assim, este trabalho propôs-se a discutir o conceito e as implicações da educação para a informação, além de apresentar algumas iniciativas empíricas observadas em organizações da sociedade civil da cidade de Salvador, Bahia, no ano de 2012. Essas organizações, a despeito de atuarem em causas sociais de variadas matizes, vêm direcionando esforços e recursos denominados por elas de educação digital, salas de informática, inclusão digital, entre outras nomenclaturas.

Portanto, há indício de que a sociedade civil organizada percebe a relevância do domínio dos recursos que trafegam nos meios digitais para a inserção social. Resta saber, no entanto, se essas práticas incluem a educação para a informação. Esta é a contribuição que este trabalho pretende oferecer.

2 EDUCAÇÃO PARA A INFORMAÇÃO

A sociedade contemporânea vem sendo caracterizada (CASTELLS, 2001) como um ambiente fortemente marcado pelo intenso tráfego de informações, consideradas insumo para a produção e incorporação de novos conhecimentos e para diversificados processos sociais. “Neste contexto, o direito à informação, assim como a garantia de acesso à ela, adquirem relevância nunca igualada” (CARDOSO, 2002. p. 3). Consequentemente, as TIC se constituem como elemento ferramental e disseminador dessa produção informacional que circula pelo mundo.

Entretanto, “[...] se a tecnologia se tornou relativamente barata e simples, o seu uso demanda capacidades cognitivas dos usuários que ainda estão longe de serem atendidas” (PINHO, 2012, p. 154). O que se observa é uma disparidade entre a produção da informação e a sua disponibilização de forma igualitária. Não ter acesso a esse insumo informacional pode ser comprometedor, visto que o sujeito fica limitado para atuar e se inserir na Sociedade da Informação. Shera (1977, p. 10) já apontava importante reflexão sobre a questão:

Assim como a necessidade de informação orienta o indivíduo, assim também orienta sociedades. É a base do comportamento coletivo, tanto quanto do comportamento individual. Assim como o cérebro se deteriora quando privado de informação, assim também a sociedade, se se quer evitar-lhe a decadência, deve fazer constante provisão para a aquisição e assimilação de novas informações. Mas para ser transmitido dentro de um grupo e absorvido por qualquer grupo, o que é conhecido por cada um dos membros deve ser comunicado e comunicável.

Contudo, para apreender sentido das informações, requer-se dos indivíduos competências específicas que versam desde a operacionalização das TIC até a seleção, acesso e uso dessas informações de maneira que possa suprir as suas necessidades informacionais.

Sobre competência em informação, Dudziak (2007, p. 93) avalia que o conceito “envolve mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes”. Miranda (2006, p. 108), concordando com esse tripé, define competência “como o conjunto de recursos e capacidades colocadas em ação nas situações práticas de trabalho: saber (conhecimentos), saber-fazer (habilidades) e saber-ser/agir (atitudes).”

Por isso, compreende-se que a educação para a informação vai além da disponibilização de acesso às TIC e as informações: significa reparar o indivíduo para discernir, dentre a quantidade de informações disponíveis, aquelas “que façam sentido em sua vida e possuam algum significado prático em termos de conhecimento” (GUERREIRO, 2004, p. 6).

Em oposição à simples estocagem de dados, como foi o paradigma de ensino-aprendizagem por muito tempo, a educação para a informação deve estimular a capacidade de busca e avaliação da informação. O saber consolidado deve ceder lugar à construção permanente de novos saberes. Ao indivíduo do século XXI, portanto, é exigida a capacidade de atualizar-se durante toda a vida, o que envolve também, num contexto de abundância de informações, habilidades de seleção e julgamento cada vez mais apuradas.

A educação para a informação, portanto, está em sintonia com o conceito da competência em informação que defende o desenvolvimento de aprendizes aptos para lidar com o fluxo de informação durante toda vida. Seriam aqueles capazes de aprender a aprender, pois “a educação ao longo de toda vida é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir” (DELORS *et al.*, 2001, p. 106).

A definição de alfabetização informacional de Silva e outros (2005, p. 33) vai ao encontro da educação para a informação defendida neste trabalho:

A alfabetização informacional deve criar aprendizes ao longo da vida, pessoas capazes de encontrar, avaliar e usar informações eficazmente, para resolver problemas ou tomar decisões. Uma pessoa alfabetizada em informação seria aquela capaz de identificar a necessidade de informação, organizá-la e aplicá-la na prática, integrando-a a um corpo de conhecimentos existentes e usando-a na solução de problemas.

Nesse sentido, destacamos também a competência operacional, a qual é essencial para que o indivíduo possa utilizar as TIC. Contudo, “dominar os requisitos de manipulação informática e de navegação internética não dá, por si só, nenhuma garantia de que se consiga seleccionar, assimilar e usar, com enriquecimento próprio e colectivo, a informação procurada” (SILVA, 2008, p. 17). Há, portanto, uma simbiose entre as competências operacionais e informacionais.

Compreende-se que a educação para a informação se projeta como necessária ao ser humano, pois a adequação a essa nova configuração social o fará capaz de viver com autonomia e domínio dos recursos necessários para participar de uma sociedade cada vez mais alicerçada na informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A parte empírica deste trabalho utilizou dados de campo do projeto de pesquisa “Competências infocomunicacionais: estudo em organizações da sociedade civil de Salvador”, desenvolvido pela segunda autora deste trabalho no âmbito do Grupo de Pesquisa em Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (Gepicc), vinculado ao Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI-UFBA).

Embora o projeto não tivesse entre seus objetivos levantar as práticas direcionadas à educação para a informação, chamou a atenção o fato de seis organizações oferecerem respostas muito parecidas quanto ao impacto da Internet nos seus objetivos: todas mencionaram o acréscimo de objetivos vinculados à educação digital. Embora usem termos diferentes – infocentro, oficina de informática, programa de inclusão digital ou laboratório de informática – observa-se que há uma convergência na intenção do objetivo, que é a promoção de competências em ambientes digitais.

A amostra original é de 39 organizações. Este trabalho limitou-se aos depoimentos destas seis organizações: Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Salvador (Apae); Associação de Pais e Amigos de Crianças e Adolescentes com Distúrbios de Comportamento; Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (Acopamec); Associação e Centro de Educação Maria Dolores; Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim; e Fundação Lar Harmonia (FLH).

Os depoimentos foram colhidos a partir de entrevista semi-estruturada com os gestores das organizações no segundo semestre de 2012. Para efeitos de ilustração da análise, alguns depoimentos serão apresentados sem, contudo, identificar a instituição, sinalizados em itálico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A iniciativa de promover competências entre o público-alvo é, em grande medida, uma resposta das organizações à situação de exclusão social e digital deste público. Observa-se que as organizações percebem a lacuna, o déficit educacional na formação dos indivíduos para lidar com as tecnologias e os recursos que por elas trafegam, por isso, procuram oferecer uma solução à questão. O discurso mais claramente delimitado é a promoção de competências no sentido de incluir, de não permitir que o público com o qual lidam fique à margem da sociedade:

Então a Internet também está voltada para que nossos alunos e aprendizes estejam inseridos nesse universo, dentro desse contexto, que é a rede mundial de computadores. Eles fazem atividades de pesquisa na internet, eles têm um blog alimentado por eles, onde desenvolvem todo o trabalho textual e visual desse blog.

Todas as organizações têm a educação digital direcionada para crianças e adolescentes, mas três disseram manter infocentros abertos à comunidade do entorno. A concepção dessas organizações voltadas para a educação de crianças e adolescentes no uso das tecnologias encontra respaldo na maioria das pesquisas sobre competências em ambientes digitais; em geral, os pesquisadores e as iniciativas descritas na literatura voltam-se para este público. Williams (2009, p. 245, tradução nossa), por exemplo, acredita que o fenômeno da Web 2.0 deve ser direcionado pela educação para a formação dos jovens cidadãos: “[...] ela pode fornecer a base para uma abordagem centrada no aluno na qual o ensino da tecnologia [...] proporciona-lhes a compreensão tecnológica de que necessitam, a fim de poderem participar de uma forma ética e socialmente responsável e informada”.¹

Nas três organizações que mantêm infocentros abertos à comunidade, mescla-se a questão da preparação para o mercado de trabalho:

Hoje você não faz nada se não souber mexer no computador, não pode nem ser vendedor, mesmo o caixa de supermercado precisa saber mexer no computador. Então é básico, é uma necessidade básica para se inserir no mercado de trabalho.

Esta fala demonstra que há compreensão do quanto as tecnologias digitais permeiam as atividades humanas, exigindo que os indivíduos lancem mão de uma crescente variedade de habilidades técnicas, cognitivas e sociais. Por outro lado, deve-se reconhecer que muitas vezes a formação empreendida pelas organizações prende-se à lógica do capital, no sentido de formar trabalhadores que alimentem as linhas de produção, não necessariamente capacitados para o uso crítico e potencialidades dos recursos tecnológicos. Considerando ainda a elevada quantidade de analfabetos funcionais no Brasil - situação na qual a capacidade de leitura não corresponde à compreensão e reflexão - Bucci (2009, p. 206) acredita que “a internet turbina os processos pelos quais o capitalismo vai operar”.

Algumas organizações, contudo, parecem estar no limiar da compreensão de que a formação para uso das tecnologias precisa avançar para a educação para a informação. No exemplo seguinte, a vinculação entre as competências infocomunicacionais do público-alvo e sua participação social é bastante clara:

[...] eles estão trabalhando também com a metodologia de comunidades virtuais organizadas, onde eles têm uma rede também chamada e-rede, onde uma das propostas é essa: utilizar os meios de comunicação virtual para estar passando informações também, interligando as organizações que tem ações mais de protagonismo juvenil, de formação política.

¹ [...] it can provide the basis for a student centered approach to technology education that would not only equip students with the skills to participate, but provide them with the technological understanding they need in order to be able to participate in an ethical, socially responsible and informed manne.

Se como diz Pinho e outros (2013, p. 144) “a política no meio digital se desgarra da política convencional baseada em partidos políticos, arregimentando outros tipos de militância mais baseados em grupos ou ações individuais [...]”, esses grupos e indivíduos são demandados em competências em informação para atuar na esfera política. As organizações – que já possui algum *know how* nesse âmbito - demonstram a ideia de que o público se aproprie das ferramentas digitais e saia da posição de beneficiário de suas atividades para parceiro. Na mesma vertente, Murdock e Golding (2004) enfatizam que a cidadania digital não é simplesmente uma questão de garantir acesso básico, mas requer que as pessoas desenvolvam capacidades para usar os recursos das redes como forma de expressão e participação social.

5 CONCLUSÕES

Embora não se possa afirmar que as organizações estão promovendo a educação para a informação sob o conceito apresentado neste trabalho – até porque isso demandaria pesquisas mais aprofundadas com os sujeitos dessas ações – pode-se garantir o direcionamento de medidas nesse sentido, a partir dos resultados apresentados.

Observou-se iniciativas na promoção de atividades que visam à inclusão de indivíduos na sociedade da informação, com uma preocupação em direcionar a educação digital para as crianças, adolescente e a comunidade em volta. Essas ações têm o caráter de diminuir a desigualdade social, buscando dirimir as dificuldades que esses indivíduos encontrarão durante a sua vida como, por exemplo, a questão do desemprego.

Portanto, compreende-se que as organizações da sociedade civil, historicamente já reconhecem o acesso à informação como condição para a cidadania. Por isso, direcionam esforços e recursos para a inserção de setores marginalizados na Sociedade da Informação. Resta-nos saber se essas iniciativas atendem a todos os requisitos das competências em informação, o que a continuidade desta pesquisa poderá revelar.

REFERÊNCIAS

BUCCI, E. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Orgs.). **Cultura digital.br**. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 2013-213.

CARDOSO, A. M. P. Educação para a informação: desafios contemporâneos para a Ciência da Informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 3, n. 5, out. 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out02/Art_06.thm>. Acesso em: 30 abr. 2003.

DELORS, J. *et al.* **Educação**: um tesouro a descobrir. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 2001. 288 p.

DUDZIAK, E. A. A. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n.1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396/878>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

GUERREIRO, E. P. **A inclusão digital como desafio da educação na Sociedade da Informação**. [S. l.: s. n., 2004?]. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/5154-5146-1-PB.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

MIRANDA, S. V. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006.

MURDOCK, G.; GOLDING, P. Dismantling the digital divide: rethinking the dynamics of participation and exclusion. In: CALABRESE, A.; SPARKS, C. (Org.). **Toward a political economy of culture: capitalism and communication in the twenty-first century**. London: Rowman & Littlefield, 2004. p. 244-260.

PINHO, J. A. G. et al. A atuação política na internet: um olhar a partir da realidade brasileira. In: PINHO, J. A. G. (Org.) **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas**. Salvador, EdUFBA, 2012. p. 137- 158.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 09-12, 1977.

SILVA, A. M. D. Inclusão digital e literacia informacional em **Ciência da Informação**. **Prisma.com**, v. 7, p. 16-43, 2008.

SILVA, H. *et al.* Inclusão digital para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 28-35, jan./abr. 2005.

WILLIAMS, P. J. Technological literacy: a multiliteracies approach for democracy. **International Journal of Technology and Design Education**, v. 19, n. 3, p. 237– 54, 2009.